



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito



Of. nº 117/2022/GPBCN

Bom Despacho, 31 de março de 2022.

À Sua Excelência o Senhor
Vinícius Pedro Tavares de Araújo
Presidente da Câmara Municipal
Rua Marechal Floriano Peixoto, 40 – Centro
35630-034 – Bom Despacho-MG

Assunto: Encaminha Projeto de Lei que revoga a Lei Municipal nº 2.322, de 10 de junho de 2.013.

Senhor Presidente,

Encaminhamos para esta Casa Legislativa, Projeto de Lei que revoga a Lei nº 2.322 de 10 de junho de 2.013, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de listagem de pacientes que aguardam por consultas com especialistas, exames e cirurgias, na rede pública do município de Bom Despacho e dá outras providências.

A Lei nº 2.322 de 10 de junho de 2013 versa sobre matéria exaurida pela Lei Federal nº 13.709/2018, alterada pela Lei Federal nº 13.853/2019, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A partir da Lei Federal nº 13.709/2018 extrai-se os seguintes fundamentos conflitantes com a legislação municipal:

“Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Parágrafo único. As normas gerais contidas nesta Lei são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

(...)

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, **dado referente à saúde** ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, **quando vinculado a uma pessoa natural;**



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito



Por fim, atendendo as disposições legais pertinentes, encaminho o Projeto de Lei em referência, o qual submeto à apreciação dos nobres vereadores, solicitando aprovação, uma vez que os objetivos visados pelo projeto de lei proposto são de interesse público.

Atenciosamente,

BERTOLINO DA
COSTA NETO: 50700553649

Assinado digitalmente por BERTOLINO DA COSTA
NETO:50700553649
CN=C=BR, O=C=CP-Brasil, OU=Autentidade Certificadora
Paulo Bradesco K2, OU=AC SOLUTI, OU=AC SOLUTI
Municipl, OU=32743163200110, OU=Certificado PF
A3, CN=BERTOLINO DA COSTA NETO:50700553649
Endereço: E-mail e autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2023.03.31 17:14:19-03'00'
Post PDF Reader Versão: 11.2.1

Bertolino Costa Neto

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito



(...)

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;

(...)

Art. 8º

§ 3º **É vedado o tratamento de dados pessoais mediante vício de consentimento.**

§ 4º **O consentimento deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas.**

(...)

Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

(...)

Art. 17. Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos desta Lei.

(...)

Art. 26. O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, **respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º desta Lei.**

Portanto, é inafastável a conclusão de que, a partir do momento em que entra em vigor a legislação federal que versa com especificidade sobre tema análogo, a legislação municipal de mesma matéria se torna tacitamente revogada.

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), proveniente do Decreto-Lei nº 4.657/1942, assim trata do tema:

“Art. 1º, § 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.”

Desta forma, o que se verifica é a necessidade imperiosa da aprovação de Projeto de Lei a ser encaminhado com o intento de revogação da Lei nº 2.322/2013.